



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHO
ASSESSORIA JURÍDICA



PARECER JURÍDICO

Da: Assessoria Jurídica De Curralinho/Pa.

À: CPL de Curralinho/Pa.

Assunto: Análise do Procedimento de Licitação nº. 3/2019-00001.

LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CÍVIL PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE / PRÉ ESCOLA - ESCOLA INFANTIL - TIPO B (PROJETO NOVO) PADRÃO FNDE LOCALIZADA NA AVENIDA JARBAS PASSARINHO, CAMPO CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE CURRALINHO/PA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO PAC211860/2015, PROJETOS E PLANILHAS ORÇAMENTARIAS.

01. DOS FATOS A QUE SE PRESTA CONSULTORIA.

O presente cuida de consulta da Presidência da Comissão Permanente de Licitação de Curralinho-PA sobre a legalidade na realização de licitação (concorrência nº 3/2019-00001) para contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia e Construção Civil para a conclusão da Construção de Unidade Educacional de Educação Infantil Creche/ Pré Escola - Escola infantil - tipo b (projeto novo) padrão FNDE Localizada na Avenida Jarbas Passarinho, Campo Conceição no Município de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHO ASSESSORIA JURÍDICA

Curalinho/Pa, em conformidade com o termo de compromisso PAC 211860/2015, projetos e planilhas orçamentárias.

É o relatório.

02. DA ANÁLISE.

No Ordenamento Jurídico Pátrio, a Carta Magna Federal instituiu em seu art. 37, inciso XXI que as **obras**, serviços, compras e alienações da Administração Pública deverão ser precedidas, em regra, de licitação.

Desse modo, no exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei nº 8.666/93 que dispõe sobre os procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública.

O ordenamento jurídico prevê a obrigatoriedade de **licitar** como sendo inerente a todos os órgãos da Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelos entes federados, direta ou indiretamente.

Conforme dispõe a Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Como regra a Administração Pública para **contratar serviços**, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, encontra-se obrigada a realizar previamente processo administrativo de licitação, conforme previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHO ASSESSORIA JURÍDICA

as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos: o primeiro é estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade; e o segundo revela-se no propósito do poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Desse modo, sagra-se um tratamento igualitário entre os interessados em contratar (respeito ao princípio da impessoalidade, isonomia e moralidade pública), e para se alcançar a proposta mais vantajosa. Depreende-se isto do contido no art. 3º, da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal.

Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra. É assim que se observa que se coíbe que os agentes públicos venham a impor interesses pessoais, o que acarretaria prejuízo para a sociedade em geral.

Cumprir destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURALINHO
ASSESSORIA JURÍDICA



O presente caso tem por objeto a contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia e Construção Civil para a conclusão da Construção de Unidade Educacional de Educação Infantil Creche/ Pré Escola - Escola infantil - tipo b (projeto novo) padrão FNDE LOCALIZADA NA AVENIDA JARBAS PASSARINHO, CAMPO CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE CURALINHO/PA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO PAC 211860/2015, PROJETOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.

Analisando-se os autos, verifica-se que a solicitação para realização do certame partiu de autoridade competente, que devidamente delimitou o objeto e justificou a necessidade de sua aquisição. Há também o termo de referência para fins de especificação do objeto. Além disso, resta demonstrada viabilidade orçamentária para realização do certame.

Considerando os dados acima, tem-se que o Processo Licitatório em sua fase inicial atende aos requisitos para sua abertura previstos no ordenamento jurídico. O edital contém todos os itens indicados como imprescindíveis conforme os dispositivos acima transcritos estabelecem e está acompanhado de minuta de contrato que atende devidamente os parâmetros legais, não havendo, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

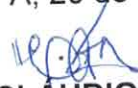
Em relação aos requisitos formais da minuta do edital, do termo de referência, da minuta do contrato e demais anexos, verifica-se que estes estão de acordo com as exigências legais impostas na lei para início e validade do certame.

03. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, opina-se pela aprovação da minuta do edital e do contrato e demais atos e procedimentos adotados até a presente, encontrando-se o certame licitatório dentro dos parâmetros definidos na Lei de licitação, oportunamente recomendando-se que a CPL observe as disposições legais pertinentes às demais fases da licitação. Portanto, não se verificam óbices jurídicos ao prosseguimento do processo licitatório, pelo que assim opina-se pelo prosseguimento do certame.

É o Parecer, SMJ, que se submete à apreciação da Autoridade Superior, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Curalinho, PA, 20 de Junho de 2019.


EMANUEL CLÁUDIO T. ARAÚJO
OAB/PA 17.343